



## **As intermediações entre o coletivo e o individual no sofrimento psíquico de graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP): diálogos antropológicos com campos da saúde mental**

Felipe Paes Piva<sup>1</sup>

### **Resumo**

Esta proposta debruça-se sobre um fenômeno no meio universitário: o sofrimento mental de seus alunos. Com pesquisa empírica junto aos alunos de graduação da FFLCH-USP, a pesquisa visa entender em que medida há uma interação específica entre saúde mental e a experiência de discriminação associada aos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, dentro outros) através da convivência e das narrativas destes alunos. Deseja-se apreender o caráter relacional desses sofrimentos que ocorrem no ambiente universitário e as formas complexas como tais marcadores se entrelaçam nessas narrativas. Parte-se do entendimento de que tal fenômeno não se estabelece de forma homogênea entre os alunos, mas as junções de determinados marcadores apontam uma maior suscetibilidade de sofrimento psíquico, derivado de condições precárias específicas de determinados grupos sociais em contraposição a outros no contexto universitário e da precariedade nas estruturas de inclusão e permanência.

Palavras-chave: saúde mental, marcadores sociais da diferença, desigualdades sociais, universidade

### **Introdução**

Em 2017, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) registrou ao menos seis tentativas de suicídio<sup>2</sup>. Naquele mesmo ano foram registrados dois suicídios consumados em outras unidades da universidade, na Faculdade de Veterinária e no Instituto de Ciências Biomédicas. Neste último caso, um aluno de doutorado se suicidou no laboratório no qual trabalhava<sup>3</sup>, deixando, numa lousa que havia no local, uma mensagem em que relatava

---

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social / Universidade de São Paulo (PPGAS-USP), sob orientação da Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida.

<sup>2</sup> COLLUCCI, Cláudia. Medicina da USP se mobiliza após tentativas de suicídio. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 abr. de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/04/1874794-medicina-da-usp-se-mobiliza-apos-tentativas-de-suicidio.shtml>>. Acesso em: 10 dez. de 2019.

<sup>3</sup> Casos de suicídio e depressão deixam universidades em alerta. Carta Capital, São Paulo, 23 set. de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-suicidio-e-depressao-deixam-universidades-em-alerta>>. Acesso em: 10 set. de 2020.

estar cansado de tentar, de ter esperança, de viver. A mensagem terminava com a expressão em inglês "I'm just done"<sup>4</sup>.

Em 2018, mais quatro casos de suicídio de alunos foram registrados, dois alunos da FFLCH, um da Escola Politécnica e um da Escola de Engenharia de São Carlos. Tais ocorrências levaram à mobilização novamente em torno da discussão sobre saúde mental no meio acadêmico, juntamente com a criação de um Escritório de Saúde Mental (ESM) na universidade. Segundo Andrés Eduardo Aguirre Antúnez, vice-diretor do Instituto de Psicologia (IP) e coordenador do programa, as discussões para a concepção do escritório estavam sendo feitas desde setembro do ano anterior, período em que os primeiros casos de suicídio foram registrados.

Antúnez afirma que a partir da implementação do programa, todos estudantes de quaisquer campi da USP poderiam ter acesso ao escritório por meio de um primeiro contato pela plataforma do ESM. A criação do Escritório representa um marco na história da universidade, já que é a primeira vez que foi desenvolvida institucionalmente uma ferramenta unificada de assistência psicológica. Até então, apenas a Faculdade de Medicina, a de Odontologia e o Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação ofereciam assistência por iniciativas próprias<sup>5</sup>. Entretanto, o site oficial do Escritório informa que, neste momento, os alunos ainda não estão sendo encaminhados para psicoterapia, e que caso deseje entrar na fila de espera, o aluno deve preencher um formulário para identificação das particularidades de seu “sofrimento psíquico” para um contato posterior indeterminado<sup>6</sup>. A grande demanda pelo serviço supera as condições atuais<sup>7</sup>.

No primeiro semestre de 2021, cinco estudantes de graduação da FFLCH tiraram suas próprias vidas, apenas três casos foram reconhecidos pela instituição até o momento. Um deles foi o caso emblemático de Ricardo, um aluno negro da Geografia que se jogou do alto da

---

<sup>4</sup> MORAES, Fernando T. Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 out. de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>>. Acesso em: 12 set. de 2020.

<sup>5</sup> VIEIRA, Bianka. USP tem 4 suicídios em 2 meses e cria escritório de saúde mental para alunos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01 ago. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/usp-tem-4-suicidios-em-2-meses-e-cria-escritorio-de-saude-mental-para-alunos.shtml>>. Acesso em: 12 set. de 2020.

<sup>6</sup> Embora durante a pandemia, o ESM tem realizado acolhimento por videoconferência.

<sup>7</sup> Este problema não é exclusivo do ESM, a Clínica-Escola Psicológica Prof<sup>o</sup> Durval Marcondes, gerida pelo Instituto de Psicologia da USP, oferece há mais de 50 anos apoio psicológico gratuito, não só para a comunidade USP como também para a comunidade, o que ocasiona uma grande procura que supera também a oferta. Desse modo, é importante frisar que tal serviço não se configura como uma assistência psicológica voltada especialmente para questões específicas do convívio universitário.

moradia estudantil, onde era morador, em maio deste ano. Recebia atendimento do ESM desde 2019<sup>8</sup>, um dos lugares em que ele relatava sofrer racismo pelos colegas de curso e até mesmo por docentes. O estudante chegou a avisar diferentes órgãos e serviços da universidade que iria se suicidar nas escadas do bloco que residia, mas nenhuma atitude institucional foi tomada para prevenir sua morte, nem mesmo a Guarda Universitária presente durante o ocorrido estava preparada para tomar alguma ação<sup>9</sup>. A repercussão de sua morte fez com que colegas, amigos e familiares fizessem um cortejo em sua memória, na Praça do Relógio da USP, onde os participantes apontaram negligência por parte da universidade e questionaram a omissão da instituição, com cartazes com dizeres como “A USP adoce e mata” e “A culpa é da USP”<sup>10</sup>.

Seja nos crescentes e diversos anúncios de eventos e de ajuda psicológica particular fixados pelos prédios da unidade, que muitas vezes são apresentados como um serviço especializado nas mazelas acadêmicas, ou nas conversas informais nos corredores, na própria sala de aula, nos e-mails institucionais, nos conteúdos compartilhados nas redes sociais, nos coletivos voltados para a questão e, até mesmo, nas eleições das entidades estudantis, a questão da saúde mental acadêmica tem ganhado maior visibilidade dentro e fora do meio universitário.

Essas transformações indicam que não se trata de uma problemática nova neste meio, a vida acadêmica é recheada de trajetórias que foram atravessadas pelo sofrimento psíquico resultante do exercício da função e de suas formas de avaliação e competição internas. O que podemos apontar como novidade é a tentativa de tornar essa questão mais visível e presente no cotidiano universitário, assim como, um maior entendimento que tal condição não se estabelece de forma homogênea entre os alunos. Parte-se da hipótese que há a junção dos mais diversos fatores sociais, como os marcadores sociais da diferença, que apontam uma maior suscetibilidade de sofrimento psíquico. Tal pode ser derivado de condições precárias

---

<sup>8</sup> PALHARES, Isabela. Suicídio de três estudantes nos últimos dois meses acende alerta na USP. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 jun. de 2021. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml/>>. Acesso em: 1 ago. de 2021.

<sup>9</sup> UNEAFRO. Em Meio ao Racismo Institucional, Aluno Negro Tira a Própria Vida na USP. UneAfro Brasil, São Paulo, 28 mai. de 2021. Disponível em: <<https://uneafrobrasil.org/em-meio-ao-racismo-institucional-aluno-negro-tira-a-propria-vida-na-usp/>>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

<sup>10</sup> CAMARGO, Roberta. Estudante vítima de racismo comete suicídio dentro da USP. Alma Preta Jornalismo Preto e Livre, São Paulo, 1 jun. de 2021. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/estudante-vitima-de-racismo-comete-suicidio-dentro-da-usp/>>. Acesso em: 25 ago. de 2021.

específicas de determinados grupos sociais em contraposição a outros no contexto universitário e da precariedade nas estruturas de inclusão e permanência (Costa & Picanço 2020).

Dunker e Kyrillos (2015) afirmam que pensar em saúde mental envolve tanto tratar do processo de institucionalização do sofrimento quanto das políticas públicas e mudanças culturais que elevaram o entendimento de bem-estar como fator chave na regulação de nossas vidas hoje. Os eventos descritos acima são apenas uma parte dos desenvolvimentos nos últimos anos que procuraram dar alguma direção para um problema muito presente, contudo, tais eventos são um conjunto de narrativas que acabaram vindo à público por intermédio da mídia brasileira, são eventos que representam momentos críticos. Embora esses momentos críticos em que a Universidade se defronta com o número crescente de casos de suicídio de seus alunos, ou de sua tentativa, sirvam como catalisadores de transformações institucionais em torno da problemática, a questão da saúde mental e do “sofrimento psíquico” se apresenta no cotidiano acadêmico.

Parreiras (2018) argumenta que as narrativas de violências que não são contadas - no caso específico desta pesquisa, as narrativas sobre sofrimentos psíquicos de graduandos da FFLCH -, que não habitam as estatísticas e para as quais falta até mesmo um vocabulário específico, só ganham o espaço do dizível em situações extraordinárias, ainda que elas habitem o ordinário. Como defende Maluf (2010), se desejamos apreender como o sofrimento psíquico tem incidido sobre as vivências dos sujeitos, não podemos nos prender apenas aos eventos críticos, é preciso descer ao ordinário, ao nível do cotidiano, às diferentes formas que esse sofrimento é corporificado e vivenciado. São pelas falas, relatos e narrativas dos graduandos sobre suas experiências de aflição, sofrimento e “adoecimento”, sobre seus itinerários e estratégias de alívio, que articulam-se com outras dimensões da experiência e da existência social. Não se deseja aqui descrever simplesmente os momentos de horror, mas o que acontece aos sujeitos e ao mundo social quando a memória desses eventos é envolvida no cotidiano através de complexas transações entre o corpo e a linguagem (Das 2011) dos sofrimentos psíquicos vivenciado por graduandos da FFLCH.

Este trabalho se baseia em dois projetos: primeiro, em grande parte, nos desenvolvimentos realizados durante a iniciação científica “O adoecimento psíquico na graduação: uma análise antropológica do sofrimento psíquico na Faculdade de Filosofia, Letras

e Ciências Humanas (FFLCH-USP)”<sup>11</sup> que fiz entre abril de 2020 e março de 2021 sob orientação da Heloisa Buarque de Almeida. Nela, realizei a construção de um formulário que teve 252 respostas de alunos de graduação da FFLCH. Nesta pesquisa foram feitas 13 entrevistas semiestruturadas para retomar pontos tratados nos formulários e explorar outros; segundo, no mestrado em desenvolvimento no momento.

## **Antropologia e o Campo da Saúde Mental**

Entendo aqui que o sofrimento psíquico no ambiente universitário envolve tanto dimensões individuais e singulares, quanto dimensões socioestruturais, coletivas e institucionais, assim como argumentado por Leão, Ianni, Goto (2019a, 2019b). Decorre disso que, ao mesmo tempo, duas pessoas não experimentam o sofrimento de forma idêntica ou na mesma intensidade, porém há ainda algo comum entre elas, um compartilhamento coletivamente individualizado. Tal sofrimento tanto pode estar relacionado a questões coletivas envolvendo os diversos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outros), quanto a questões envolvendo mudanças estruturais das condições de vida, de redistribuição econômica, de reconhecimentos culturais e históricos, do acesso à saúde, à moradia, à alimentação, à educação e a toda uma série de efetivação de direitos. Como também pode estar relacionado diretamente ao contexto estudantil e burocrático universitário, precarização das condições de trabalho e estudo, corte de recursos para pesquisa, falta de políticas de permanência mais efetivas, abusos de poder, insegurança institucional e profissional, dentre outras coisas. Em suma, as intrincadas maneiras que o machismo, o racismo, a LGBTfobia e a desigualdade social se intersectam nas estruturas universitárias.

Segundo Maluf (2010), o conceito de saúde mental tem sido objeto das mais diversas reflexões nas ciências sociais e, predominantemente, na antropologia. Tal conceito não se trata de uma categoria antropológica, mas pode ser usado para contextualizar o universo empírico no qual noções de corpo e doença, dor e sofrimento, atravessam fronteiras disciplinares de diferentes campos de saber, sendo alguns deles: o biomédico; as ciências psi representadas pela psicologia, psicanálise e psiquiatria; as neurociências; a saúde pública e coletiva; dentre outros saberes medicinais alternativos. Amarante (2013) defende que a saúde mental é um dos poucos

---

<sup>11</sup> A pesquisa teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo: Processo: 2019/27798-9.

campos de conhecimento e atuação na saúde que são tão complexos, plurais, intersetoriais e transversais de diferentes saberes. Essa ampliação do espectro torna difícil estabelecer fronteiras, onde começam ou terminam os limites de cada campo de conhecimento.

A medicalização, e patologização, a psiquiatrização, a psicologização, e a terapeutização dos sofrimentos e das subjetividades são alguns dos temas e fenômenos que a literatura antropológica no campo da saúde mental tem apontado como desenvolvimentos recentes que expressam uma expansão dos domínios de atuação da biomedicina e do “patológico” para domínios que até então eram “normais” (Maluf 2010). Um representante disso seria a publicação da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais<sup>12</sup>. Segundo Tenório (2017), em sua concepção, o DSM-III tinha o objetivo de consolidar uma formalização global dos diagnósticos psiquiátricos para além das diversas abordagens existentes no campo da psiquiatria, um vocabulário oficial e unificado. Com isso, as definições dos “transtornos mentais” passam a ser uma mera descrição objetiva de sinais e sintomas comportamentais que pudessem ser claramente identificáveis, sem que houvesse espaço para qualquer interferência do profissional. O autor defende que longe de ser atórica, a produção de um diagnóstico “descontaminado” e seu consequente sucesso se deu por uma articulação da psiquiatria com a farmacologia num complexo processo de “medicalização” da vida. Com isso, uma série de condições antes associadas à subjetividade - como ansiedade, tristeza, fobias, comportamentos sexuais, dentre outras - passam a ser administradas por essa medicalização. Isso faria que a lógica específica de um sujeito frente às exigências da vida, de sua subjetividade, de sua comunidade, fosse individualmente patologizada e induzida majoritariamente ao tratamento farmacológico. Para além deste contexto, no Brasil, essas questões são atravessadas pela Reforma Psiquiátrica.

Iniciada em 2001, a Reforma Psiquiátrica Brasileira buscou a extinção gradativa dos manicômios em um complexo processo de reorientação teórico-prática do entendimento da loucura no Brasil. Amarante (2013) afirma que a dimensão sociocultural foi e é uma dimensão estratégica deste processo nacional, pois procura envolvimento da sociedade na discussão da própria reforma, de políticas públicas, do imaginário social sobre a loucura, da “doença mental”, dos hospitais psiquiátricos. Além disso, apontaram a necessidade de mudanças nas

---

<sup>12</sup> Pignarre (2012) emprega uma boa ilustração disso: “O DSM atua aqui como um guardião entre o normal e o patológico, reservando-se o direito de realizar sempre novas incursões para anexar domínios que até então eram normais” (2012: 142).

formas de compreender o “transtorno mental” e do cuidado do indivíduo em “sofrimento psíquico” que ultrapassem a organização institucionalizada. Lima e Guimarães (2019) defendem que buscou-se instaurar um novo meio de compreender e de se relacionar com as pessoas em sofrimento, e não apenas com os seus “transtornos”. Com isso, mostrando a necessidade de incorporar a loucura no espaço de expressão cultural, possibilitando que novos significados de loucura se manifestem em todas as dimensões da vida desses sujeitos que experimentam, em algum momento de sua vida, tal condição, que eles sejam sempre tidos como sujeitos de direitos (Silva et al. 2012).

Foram em conversas pelos corredores, nas salas de aulas e nas interações nas redes sociais com meus colegas de curso que fui tomando conhecimento do modo generalizado que o mundo acadêmico serve como fonte potencializadora de relações de isolamento, competitividade e fragilidade das relações afetivo-emocionais (Gomes et al. 2018). Constatei que um grande número de pessoas estava fazendo terapia e, em menor medida, tratamento psiquiátrico. Contudo, havia pessoas que tinham uma certa resistência em procurar qualquer ajuda especializada. Dentre essas pessoas, algumas nomeavam seus sofrimentos, mal-estares e angústias como derivados da depressão, da ansiedade, da compulsão alimentar. Outras não pareciam se ater a rotulações psiquiátricas, de certa forma, isto parece apontar para as transformações decorrentes da Reforma Psiquiátrica, que além de ter possibilitando novos significados para o sofrimento psíquico, também não o restringe a tutela institucional da biomedicina e psiquiatria.

“Eu não acho que...eu não tenho nada diagnosticado, nunca fui ao psiquiatra, não faço terapia, pretendo fazer no futuro quando eu tiver dinheiro, mas não tenho nada diagnosticado. Mas eu acho que o fato de ser cotista de escola pública me gera ansiedades que, obviamente, são problemas de saúde mental e que são decorrentes, na verdade, da pressão que a gente sente quando a gente entra na USP... quando a gente, na verdade, sempre acreditou que nós não éramos capazes de entrar lá. Enfim, eu sempre me senti muito pressionada a ser melhor que o amiguinho do lado que estudou num colégio particular, que tinha dinheiro e tal... e isso é muito inconsciente, né?” (mulher cis, branca, heterossexual)

Uma grande parcela dos participantes da pesquisa anterior já recebeu algum diagnóstico psicopatológico/clínico. Tal número elevado é comum nas pesquisas sobre “sofrimento psíquico” na universidade. Nacional e internacionalmente, verifica-se a prevalência de problemas de "saúde mental" entre graduandos. Os acompanhamentos terapêuticos mais

recorridos são a psicoterapia e a análise psicanalítica. Tais recursos provêm da rede privada de serviços envolvendo "saúde mental". Uma última inferência que pode ser feita é que, embora tenha um grande número de diagnósticos psicopatológicos/clínicos, o acompanhamento terapêutico nem sempre é acessado, provavelmente, pelos custos elevados na rede privada e a demanda elevada que não consegue atendimento na rede pública.

Andrade e Maluf (2016) apontam que a contribuição etnográfica para o entendimento desse campo é levar a sério o ponto de vista dos sujeitos enredados nos serviços de saúde mental, proporcionando elementos para a construção de outras maneiras de operar com esses sujeitos e suas experiências de “adoecimento”, de relativizar insistentemente tais experiências e as formas criativas de lidar com o que eles produzem. Segundo Le Breton (2012), tais saberes aplicados ao corpo são imediatamente culturais, pois o corpo não é uma realidade em si, mas uma construção simbólica. Se para os saberes biomédicos e psicológicos o corpo pode parecer como evidente, para a antropologia, o corpo nunca é um dado indiscutível, mas o efeito de uma construção biomédica, histórica, política, social e cultural (Lock & Nguyen 2010), algo análogo ao que Marcel Mauss (2005) já advogava no ensaio “As Técnicas do Corpo”. Do mesmo modo, os saberes sobre saúde e doença são produtos de uma complexa e contraditória construção médica, histórica, política, social e cultural. Entretanto, isto não deve ser confundido com uma suposta simetria entre esses saberes (Sarti 2010). Esse confronto de conhecimentos se localiza no cerne das tramas e fazeres da biopolítica (Foucault 2014).

O sofrimento, segundo Dunker (2015), é uma experiência compartilhada e coletiva de reconhecimento intersubjetivo, que possui uma estrutura transitiva, na qual se indetermina quem sofre e quem está reconhecendo o sofrimento daquele que sofre. Tais atos de reconhecimento transformam a experiência real do sofrimento. Há um trabalho social da linguagem que se cruza na determinação deste sofrimento, assim como há uma história e uma antropologia das formas de sofrimento. Num sentido correlato, Zanello (2018) advoga que as classificações psicopatológicas sejam tomadas como criações culturais que possuem efeitos performativos, isto é, prescrevem formas de sofrimento que são passíveis de serem reconhecidas, validadas e amenizadas por terapêuticas também culturais.

Entretanto, algo a ser destacado é que, segundo Duarte (2003), este é um local ambíguo em que se encontram discursos físico-morais sobre saúde e doença que designam intervenções com consequências diretas na vivência dos sujeitos como referente do que seria uma existência



correta (sadia), uma ordem moral representando um modelo ideal de realidade. Fassin (2019) defende que uma antropologia da moral não se propõe a estabelecer um código de boa conduta ou mesmo como as coisas deveriam ser idealmente, mas deve levar em conta os princípios avaliativos e as práticas que operam no mundo social, isto é, as discrepâncias observadas entre o que as coisas deveriam ser e o que realmente são.

Como já pontuado anteriormente, o campo da saúde mental é perpassado por campos de saber, dos quais desejo tratar conforme se façam presentes nas narrativas de meus interlocutores. Sarti (2010) acentua que esse diálogo não é uma tarefa fácil, trata-se uma dimensão política a ser enfrentada na relação. Dimensão que se converte em problema epistemológico. Assim como Haraway (2009), entendo que fronteiras são desenhadas através de práticas de mapeamento. Objetos não pré-existem enquanto tais, mas quanto projetos de fronteiras. O que elas contêm provisoriamente permanece gerativo, produtor de significados e de corpos.

### **Marcadores Sociais da Diferença e a Distribuição Desigual de Sofrimento Psíquico**

Os marcadores sociais da diferença referem-se à abordagem interseccional que provém do feminismo negro estadunidense (Collins 2019; Davis 2018; Lorde 2019). Todavia, não se restringe a compreender estritamente as experiências das mulheres negras, mas como o produto das intersecções dinâmicas entre gênero, classe, raça e sexualidade em contextos culturais e históricos específicos. Portanto, o grande diferencial é que tal ferramenta não se restringe a um marcador, mas sempre leva em conta a grande variedade e pluralidade dos marcadores sociais, como: raça, gênero, classe, região, religião, idade e orientação sexual; marcadores que acabam moldando vidas individuais e que produzem formas de apreensão da experiência individual e coletiva. Ainda que muito importantes na mobilização de grupos específicos, as lutas sobre questões isoladas (sexismo, racismo, LGBTfobia, xenofobia, dentre outras) como fins em si mesmas podem limitar enfrentamentos mais amplos às desigualdades sociais (Brah 2006). Essas marcações sociais da diferença não estão completamente isoladas, nem constituem distintos reinos de experiência, mas existem “em” e “através” da relação que constituem entre si (Mcclintock 2010).

Na realidade social, como salienta Fraser (2001), toda luta por justiça implica duplamente demandas por mudança cultural e por mudanças econômicas, isto é, demandas por reconhecimento (Honneth 2015) e por redistribuição. Ambas estão enraizadas em processos e práticas que sistematicamente prejudicam alguns grupos em detrimento de outros. Portanto, se por um lado, observa-se na última década que um processo significativo de democratização dos campi nacionais por meio das ações afirmativas está em curso; por outro, isso não pode ser dissociado de questões que envolvam a permanência na universidade, sendo a saúde mental uma delas.

Costa e Picanço (2020) argumentam que é necessário considerar os componentes que podem interferir diretamente nas chances de que o ingresso na universidade também possibilite uma trajetória de permanência e conclusão, evitando que haja evasão. Embora os problemas de permanência e os riscos de evasão estejam dados para qualquer aluno durante seu processo de formação, são maiores para os alunos pobres e negros, por uma série de fatores. Dentre eles estão a incompatibilidade entre trabalho e estudo, as dificuldades de integração, as reprovações, a falta de recursos financeiros e a inexistência de programas de auxílio.

Segundo Piotto (2014), a convivência com a desigualdade social e a experiência de desenraizamento para os estudantes que realizaram toda a escolarização na rede pública se dá na universidade. Essa convivência com a desigualdade social traz dificuldades no relacionamento com os colegas e contribui para a sensação de não pertencimento. Uma das grandes dificuldades desses estudantes é lidar com a diferença entre o mundo universitário e o familiar, e entre o sofrimento, a humilhação e os prejuízos psíquicos oriundos deste choque de diferenças.

“Creio que no início da graduação, especialmente aqueles saídos da escola pública, sentem-se despreparados ou mesmo acuados diante das demandas, exigências e expectativas dos docentes. A falta de auxílios financeiros para se manter é outra dificuldade que termina por distanciar os alunos dos resultados esperados deles e por eles mesmos. Ademais, certo sentimento de solidão perante alunos que, muitas vezes, são oriundos de classes sociais mais elevadas, também pode causar a sensação de ser um ‘estranho no ninho’.” (mulher cis, parda, lésbica)

“A inevitável comparação com colegas que estudaram em escolas particulares que estão mais preparados para lidar com a adaptação a ler textos acadêmicos é algo que me aflige muito. Às vezes os professores perguntam se já lemos um texto na escola, e vários colegas levantam a mão, sendo que eu nem sabia quem o autor era até fazer a matéria. Isso me aflige porque parece... dá a sensação de

que preciso me esforçar 10 vezes mais que o colega do lado que estudou em algum colégio particular bom.” (mulher cis, branca, heterossexual)

“[...] Desde o meu ingresso na faculdade até informações sobre onde as aulas ocorriam eram difíceis de achar, não havia muitos meios para orientação de onde as coisas são feitas, como são feitas e funcionam, onde você pode conseguir cada informação ou ajuda caso precise. Você se vê sozinho e sem orientação, guia e isso pode ser muito desmotivador no início e fazer você querer abandonar pois parece que ninguém está interessado em te ajudar a se manter nesse lugar muito novo e específico. Os caminhos e orientações para as coisas que você pode fazer na graduação, como uma IC [Iniciação Científica], por exemplo, esportes disponíveis ou outras atividades, possibilidades e caminhos acadêmicos não têm a devida atenção e não são amplamente divulgados ou um esforço para que os alunos estejam cientes dessas possibilidades. Se você não tiver a sorte de estar em lugares em que essas informações correm com mais facilidade, você ficará a par delas. No fundo há uma desorganização ou negligência institucional mesmo.” (agênero, parda, homossexual)

“Os sentimentos de inferioridade/deslocamento desencadeados pelas grandes cobranças (notas altas, muitas atividades com conteúdos complexos etc). Particularmente me afeta muito essa questão, embora menos que antigamente, é sobre não se sentir pertencente ao lugar, como se não deveria estar ali, sinto que afeta muito a auto estima como um todo. O estresse causado pelo acúmulo de tarefas/conteúdos a estudar também não ajuda.” (homem cis, branca, homossexual)

Em grande parte, podemos entender essa distribuição desigual de sofrimento pelos conceitos de precariedade e condição precária. A precariedade, para Butler (2015), tem de ser compreendida como uma condição generalizada: todas as vidas são, por definição, precárias, pois podem ser eliminadas e sua persistência não está garantida. A vida precária é a condição de estar condicionado, pois a vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições de vida que dão suporte para essa mesma vida. Não há vida sem a dependência de redes mais amplas de apoio, sociabilidade e trabalho. Contudo, há uma distribuição diferencial de precariedade, uma condição de precariedade. Tal distribuição diferencial é uma questão material e perceptual, visto que tais vidas não são “consideradas” potencialmente valiosas e, por conseguinte, são obrigadas a suportar uma exposição diferenciada à violência<sup>13</sup>. Nas

---

<sup>13</sup> Em 2019 tiveram dois casos que exemplificam essa exposição diferenciada: primeiro, no começo do ano, um aluno de Geografia morreu enquanto trabalhava em condições precárias em uma unidade da USP; por fim, em dezembro, uma das vítimas das ações violentas da Polícia Militar contra um baile funk em Paraisópolis era irmão de um dos alunos do curso de Geografia.

Polícia investiga morte de estudante de geografia da USP em prédio da Poli. Bom Dia São Paulo, São Paulo, 1 mai. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/01/policia-investiga-morte-de-estudante-de-geografia-da-usp-em-predio-da-poli.ghtml>>. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

Departamento de Geografia emite nota de pesar por jovem morto na ação violenta da Polícia Militar contra baile em Paraisópolis. ADUSP, São Paulo, 2 dez. de 2019. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/index.php/sem-1538>>

narrativas dos alunos a serem apresentadas a seguir vemos como a distribuição desigual de precariedade determina como a universidade é vivida por esses alunos.

A condição precária também pode implicar numa mudança da realidade psíquica, num aumento relativo da sensação de ser descartável ou dispensável que se distribui proporcionalmente à condição precária. Tal processo, segundo Berlant (2011), pode envolver um aumento de ansiedade em relação ao próprio futuro e em relação àqueles que podem depender dessa pessoa. Quanto mais socialmente isolada, mais a pessoa se torna e se sente precária. De modo correlato, Wilkinson & Kleinman (2016) tratam a condição precária como “sofrimento social”, isto é, como experiências encarnadas de dor e aflição que são condicionadas e moderadas pelo contexto social. Com isso, pode ser explorado como a “violência estrutural” tem parte na distribuição social de doenças físicas-mentais.

É necessário ressaltar a participação dos marcadores sociais da diferença na formação do adoecimento psíquico enquanto configuradores de pontos identitários de maior vulnerabilidade a certos estressores no processo de subjetivação engendrado segundo o gênero, a raça, a classe e a sexualidade que cada indivíduo é posicionado. Isto é, a cultura participa na configuração dos sintomas, aos quais atribui legitimidade expressiva no processo de engendramento do sofrimento, assim, estabelecendo diferentes formas e fatores (Zanello 2017).

Parte do formulário aplicado na pesquisa tinha como enfoque as narrativas de sofrimento e seus possíveis vínculos com os marcadores sociais da diferença. Tentei mobilizar as narrativas dos participantes, procurando entender como eles relacionam o adoecimento psíquico com o ambiente universitário e também além dele. Eu queria captar não só as causalidades feitas pelos participantes, mas também entender como e se eles relacionam o adoecimento psíquico no meio acadêmico partindo de seus próprios marcadores sociais. As questões, de certa forma, terminam pedindo para que eles digam como tais casualidades os afetam cotidianamente. Portanto, há uma maior predominância de perguntas dissertativas, são elas: “Em sua perspectiva, quais fatores do meio acadêmico que potencializam o adoecimento psíquico dos alunos em geral? Como eles te afligem no cotidiano?”; “Em sua perspectiva, quais fatores extra-acadêmicos potencializam o adoecimento psíquico dos alunos? Como eles te afligem no cotidiano?”; “Na sua experiência, quais marcadores sociais da diferença (gênero,

---

categoria/3507-departamento-de-geografia-emite-nota-de-pesar-por-um-dos-jovens-mortos-na-acao-violenta-da-policia-militar-contra-baile-em-paraisopolis>. Acesso em: 4 dez. de 2019.

sexualidade, raça, classe, dentre outros) são atenuantes no adoecimento psíquico dentro e fora da Universidade? Como eles te afetam?”. Algumas das respostas são apresentadas abaixo:

“Como sou uma mulher cis branca-amarela, bissexual e, apesar de me considerar classe média, a preocupação com emprego e renda é constante, pois, pago aluguel e a minha renda não é estável. Então, acredito que, no meu caso, gênero e classe tenham maior influência no adoecimento psíquico e físico.” (não-binário, amarela, bissexual)

“Em relação à raça, ser branco te alivia de algumas ansiedades, já que não precisa se preocupar se vai sofrer racismo, que infelizmente ainda está muito presente dentro e fora da universidade.” (mulher cis, parda, bissexual)

“A questão de sexualidade e classe são fortes potencializadores de problemas que resultam no adoecimento psíquico. Mas o fato de ser um homem cis pardo, com mais traços brancos, obviamente me exime de vários fatores sociais adoecedores que, infelizmente, atingem indivíduos mulheres, negros e trans, tanto dentro quanto fora da universidade.” (homem cis, parda, homossexual)

“Acho que qualquer marcador social te deixa mais vulnerável quando o assunto é saúde mental, seja pelo preconceito, pela falta de acesso a diferentes lugares, como na busca de um emprego ou até mesmo na busca de uma assistência psicológica.” (mulher cis, branca, bissexual)

“Ser rico, branco, homem cis e heterossexual com certeza diminui a carga de sofrimento psíquico. Acredito que cada característica que não se encaixe nesse padrão pode ser um potencializador de sofrimento e adoecimento psíquico. No meu caso, não sou rico e nem heterossexual, mas não sinto que no meu caso as questões de sofrimento psíquico tem que ver com essas questões.” (homem cis, branca, bissexual)

“Todos os marcadores sociais citados [gênero, sexualidade, raça, classe] possuem características que afetam a saúde mental. Na universidade, a falta de informação e o descaso dos colegas já causaram em mim (e em amigos que conheço) diversas crises.” (não-binário, branca, bissexual)

“Todos os marcadores sociais da diferença em diferentes combinações afetam o adoecimento psíquico dentro e fora da Universidade. O que mais me afeta são as precariedades presentes devido a questão de classe, não ter uma habitação adequada, ter dinheiro restrito para se alimentar fora de casa e etc, acabam pesando mais do que outras variantes, no meu caso.” (homem cis, branca, homossexual)

Na pesquisa “Interações na USP”<sup>14</sup> (Venturi 2018; Venturi & Capocchi 2019) a USP é descrita com mais ou menos machista para 45% dos entrevistados e para 26% é muito machista,

---

<sup>14</sup>A pesquisa foi feita online, entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, pelo Escritório USP Mulheres, tendo a coordenação geral do professor Gustavo Venturi, do Departamento de Sociologia (FFLCH-USP). Utilizou-se um questionário de 115 perguntas tratando das mais diversas problemáticas no âmbito universitário tratando das

em comparação com a sociedade brasileira, embora 56% dos entrevistados vejam a USP como menos machista, e 33% afirmam que seu ambiente é tão machista quanto a sociedade. A universidade é descrita por 38% com mais ou menos racista e por 26% como muito racista, novamente comparada com a sociedade brasileira, 46% descrevem como menos racista e 34% como tão racista quanto. Para 41% a USP seria um ambiente mais ou menos “homo/lesbo/transfóbico<sup>15</sup>” contra 27% que a consideram como um pouco ou nada “homo/lesbo/transfóbico”, para 60% a USP é menos “homo/lesbo/transfóbico” do que a sociedade brasileira. Por fim, 56% afirmam que a USP é muito elitista.

Nesta última seção, achei importante trazer o máximo de narrativas possível pois tais elucubrações são a parte mais fundamental deste projeto. Essa análise interseccional que tentei suscitar nos participantes nos mostra tanto a discussão dos marcadores da diferença tem adentrado o cotidiano universitário quanto uma certa reflexividade de “si”, talvez uma característica distintiva das Ciências Humanas. Tais narrativas relacionam as antinomias fundamentais do pensamento social: sociedade e indivíduo. Vemos nelas não só as diferentes maneiras que cada participante elenca ao atribuir a si um conjunto de identidades, como também as diferentes maneiras que atribuem aos conjuntos de identidades coletivas. As narrativas aqui descritas reforçam a centralidade e a indissociabilidade das demandas por reconhecimento (Honneth 2015) e por redistribuição (Fraser 2001). Essas diversas configurações nos mostram que não há uma simples relação somatória entre as diferentes identidades, depende de como os marcadores são colocados em relação a produção de maior vulnerabilidade para alguns numa situação específica, mas não em outra.

A dor e o sofrimento não são simplesmente íntimos, são também impregnados pelo social, cultural e relacional, são fruto de uma educação, isto é, não escapam ao vínculo social (Le Breton 2013). Desse modo, as diferentes formas de discriminação e injustiça realizam a perpetuação de tipos específicos de relações afetivas às normas sociais que são responsáveis por experiências de sofrimento (Ahmed 2004). As condições extraordinárias e ordinárias da saúde mental apresentam casos importantes para os entendimentos antropológicos e, também, para as capacidades subjetivas ao tratar de problemas psicopolíticos de alteridade e diferenciação (JENKINS 2015), apontando como modos alternativos de corporeidade e

---

relações entre alunos, professores e funcionários. Cerca de 13.337 alunos da graduação e pós-graduação de todas as unidades da USP participaram, esse número representa 17% de todo contingente discente. Fiz parte do conjunto de alunos que realizaram a listagem e codificação inicial dos dados levantados.

<sup>15</sup> Termo empregado na pesquisa para se referir a lesbofobia, homofobia e transfobia.

subjetivação são ativados e revigorados pela nossa capacidade contínua de transformação intersubjetiva (Zembylas 2008).

Por mais que a trajetória individual tenha seus efeitos no reconhecimento que cada indivíduo faz da experiência do adoecimento psíquico, ainda mais dentro do contexto universitário que aflora as distinções e as distâncias sociais de classe como Bourdieu (2013) nos mostra, vemos aqui um esforço de contextualização de tal experiência dentro do espaço social, como um problema que deixa de ser entendido como individual para passar a ser compreendido como uma problemática coletivizada, uma experiência compartilhada pelas posições sociais que assumimos ou que somos levados a assumir.

Os marcadores sociais da diferença nos mostram que, embora as peças desse jogo já estão dadas - nosso gênero, raça, sexualidade, classe, dentre outras demarcações sociais da diferença -, o desenrolar do jogo não está. Isto é, somos todos marcados por diferentes atravessamentos identitários - atravessamentos que podem ainda nos levar a uma série de questionamentos, como o pertencimento racial, sexual, de gênero e de classe. Porém, não nos ocupamos simultaneamente de todos esses atravessamentos, como Haraway (1995) nos fala, assim como as teóricas feministas negras norte-americanas - Collins (2019), Davis (2018) e Lorde (2019) -, e também o campo de estudos nacionais que convencionamos chamar de marcadores sociais da diferença (Cancela, Moutinho & Simões 2015; Saggese et al. 2018), nossos marcadores sociais existem “em” e “através” da relação que constituem entre si e da relação que constituímos uns aos outros. São formas de apreensão dinâmica da experiência coletiva e individual.

Essa apreensão não se dá por uma fórmula matemática das opressões sociais, por uma tentativa de cravar nossa posição no espaço social que ocupamos, isto é, como um “eu” unificado, coerente e conciso, pois, diferente das regras do xadrez, nossos atravessamentos e como somos afetados por eles dependem de uma série de relações, estruturas e contextos sociais contingentes.

## **Considerações Finais**

Quando nos voltamos para as narrativas de adoecimento psíquico dentro e fora do contexto universitário, estamos tratando da condição de precariedade (Butler 2015), da

condição de estar sempre condicionado ao outro, como a vida é sustentada por meio da dependência de uma série de redes. Estar condicionado ao outro é também estar condicionado a uma relação desigual, relação de força, relação esta que implica numa distribuição desigual da precariedade, isto é, como os diferentes posicionamentos desiguais nas relações de poder podem estabelecer certas vidas como mais valiosas, certos sofrimentos como legítimos ou não. Como sofrimentos advindos do machismo, racismo, LGBTfobia e desigualdade social são tidos como legítimos ou não no âmbito universitário.

Não podemos olhar para o sofrimento psíquico no meio universitário como uma condição generalizada da precarização constante que o meio acadêmico está submetido na conjuntura atual. Por mais que todo aluno possa estar condicionado a sofrer em decorrência das relações estabelecidas dentro e fora da universidade, tal sofrimento não é vivido da mesma maneira, não é reconhecido da mesma maneira e, portanto, não impacta a todos da mesma maneira. Nosso sofrimento está sempre condicionado pelos atravessamentos característicos de uma forma particular de viver, do valor distintivo determinado pelos posicionamentos dinâmicos que assumimos e somos levados a assumir no espaço social.

## Referências

- AHMED, Sara. 2004. *The cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- AMARANTE, Paulo. 2013. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- ANDRADE, Ana Paula M de; MALUF, Sônia Weidner. 2016. “Sujeitos e(m) experiências: estratégias micropolíticas no contexto da reforma psiquiátrica no Brasil”. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 26(1): 251-270.
- BERLANT, Lauren. 2011. *Cruel optimism*. New York: Duke University Press.
- BOURDIEU, Pierre. 2013. “Capital simbólico e classes sociais”. *Novos estudos - CEBRAP*, (96):105-115.
- BRAH, Avtar. 2006. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu*, (26):329-376.
- BUTLER, Judith. 2015. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARRARA, Sérgio; FRANÇA, Isadora; SIMÕES, Júlio. 2018. “Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade”. *Revista De Antropologia*, 61(1): 71-82.



- CANCELA, Cristina; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio. (Orgs.). 2015. *Raça, etnicidade, sexualidade e gênero*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- COLLINS, Patricia Hill. 2019. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo.
- COSTA, Andréa; PICANÇO, Felícia. 2020. “Para além do acesso e da inclusão: impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior”. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, 39(2):281-306.
- DAS, Veena. 2011. “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”. *Cadernos Pagu*, (37): 9-41.
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DUARTE, Luiz Fernando. 1994. “A outra saúde mental, psicossocial, físico moral?”. In: ALVES, Paulo César.; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Saúde e doença: um olhar antropológico* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- DUNKER, Christian. 2015. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo.
- DUNKER, Christian; KYRILLOS, Fuad. 2015. *Psicanálise e saúde mental*. Porto Alegre: Criação Humana.
- FASSIN, Didier. 2019. “Antropologia e moralidade”. In: RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, Jean. (Orgs.). *Políticas etnográficas do campo da moral*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- FOUCAULT, Michel. 2005. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- FRASER, Nancy. 2001. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (Org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB. p.245-282
- HARAWAY, Donna. 1995. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, (5): 7-41.
- HARAWAY, Donna. 2009. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80” In: TADEU, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue: vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica. p.33-119.
- JENKINS, Janis. 2015. *Extraordinary conditions: culture and experience in mental illness*. California: University of California Press.
- LEÃO, Thiago; IANNI, Aurea; GOTO, Carine. 2019a. “Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si”. *Revista Humanidades & Inovação*, 6(9):131-143.
- LEÃO, Thiago. 2019b “Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural”. *Revista EM PAUTA*, 17(14):50-64.
- LE BRETON, David. 2012. *Antropologia do corpo e da modernidade*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes.
- LE BRETON, David. 2013. *Antropologia da dor*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP.

- LIMA, Déborah Karollyne R. R.; GUIMARÃES, Jacileide. 2019. “A rede de atenção psicossocial sob o olhar da complexidade: quem cuida da saúde mental?”. *Saúde debate*, 43(122):883-896.
- LOCK, Margaret; NGUYEN, Vinh-Kim. 2010. *An Anthropology of Biomedicine*. New Jersey: Wiley Publishing.
- LORDE, Audre. 2019. *Irmã outsider*. São Paulo: Autêntica.
- MALUF, Sônia Weider. 2010. “Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais”. In: MALUF, Sônia Weidner; TORNQUIST, Carmen Susana (orgs.). *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas. p.21-67.
- MAUSS, Marcel. 2005. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- MCCLINTOCK, Anne. 2010. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp.
- PARREIRAS, Carolina. 2018. “Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências”. *Cadernos de Campo*, 27(1): 274-294.
- PIGNARRE, Philippe. 2012. “A revolução dos antidepressivos e da medida”. *R@U - Revista de Antropologia da UFSCar*, 4(1): 140-145.
- PIOTTO, Débora. 2014. “Estudantes das camadas populares na USP: encontros com a desigualdade social”. In: PIOTTO, Débora C. (Org.). *Camadas populares e universidades públicas. Trajetórias e experiências escolares*. São Carlos: Pedro & João Editores. p. 133-166.
- SAGGESE, Gustavo; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío; SIMÕES, Júlio; CANCELA, Cristina (Orgs). 2018. *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- TENÓRIO, Fernando. 2016. “Psicose e esquizofrenia: efeitos das mudanças nas classificações psiquiátricas sobre a abordagem clínica e teórica das doenças mentais”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 23(4): 941-963.
- VENTURI, Gustavo. 2018. “Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa. USP Mulheres”. São Paulo, 25 jun. de 2018. Disponível em: <[http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP\\_final\\_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf](http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERA%C3%87%C3%95ES-NA-USP_final_publica%C3%A7%C3%A3o2407.pdf)> Acesso em 08 set. de 2020.
- VENTURI, Gustavo; CAPOCCHI, Eduardo. 2019. “Pesquisa Interações na USP: violências e interseccionalidades. USP Mulheres”. São Paulo, 22 mar. de 2019. Disponível em: <[http://uspmulheres.usp.br/minicurso-genero-e-universidade/\\_\\_trashed/pesquisa-interacoes-na-usp/](http://uspmulheres.usp.br/minicurso-genero-e-universidade/__trashed/pesquisa-interacoes-na-usp/)>. Acesso em 08 set. de 2020.
- WILKINSON, Iain; KLEINMAN, Arthur. 2016. *A passion for society: how we think about human suffering*. California: University of California Press.
- ZANELLO, Valeska. 2017. “Saúde mental, gênero e interseccionalidades”. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. (Orgs). *Luta antimanicomial e feminismos:*

*discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Autografia. p.52-69.

ZEMBYLAS, Michalions. 2008. *The politics of trauma in education*. New York: Palgrave Macmillan.